



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

CONSIDERAÇÕES DO PROCESSO DE BOLONHA NO SISTEMA EDUCACIONAL EUROPEU E SEUS IMPACTOS NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL

VANESSA MARIA PANOZZO BRANDAO¹

MARIA EDUARDA CHAVES GOMES²

RESUMO

O ensaio discorre sobre o impacto do Processo de Bolonha na formação em Serviço Social nas escolas de Portugal. Avalia como a reforma do ensino superior influencia os níveis de formação e as competências profissionais. Utilizou-se pesquisa qualitativa e análise documental. O estudo revela que a reforma do ensino superior gera fragilidades na formação teórico-prática dos/das assistentes sociais na área da saúde.

Palavras-chaves: formação, ensino superior, serviço social

ABSTRACT

El ensayo analiza el impacto del Proceso de Bolonia en la formación en Trabajo Social en las escuelas de Portugal. Evalúa cómo la reforma de la educación superior influye en los niveles de formación y las habilidades profesionales. Se utilizó investigación cualitativa y análisis documental. El estudio revela que la reforma generó debilidades en la formación teórico-práctica de los trabajadores sociales del área de la salud.

Palabras claves: formación, educación superior, trabajo social

1. Introdução

O presente ensaio apresenta alguns dados do resultado da pesquisa de pós-doutorado da autora realizado no Programa de Pós Graduação da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, do Centro de Investigação e Intervenção Educativas-CIIE- da Universidade do Porto em Portugal, cujo tema se constitui sobre os **processos de formação e trabalho da saúde no serviço social** a partir da perspectiva crítica-dialética. O objetivo da pesquisa se constituiu em

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

identificar de que forma vem ocorrendo o processo de formação da área da saúde nos Cursos de Serviço Social com vistas a analisar as estratégias de ensino-aprendizagem a partir dos impactos do Processo de Bolonha. Em relação ao processo de pesquisa caracterizou-se por ser qualitativa, de caráter exploratório, utilizando a metodologia da bola de neve para a identificação dos/das professores/das da área da saúde. As entrevistas semi-estruturadas foram presenciais e online e analisadas a partir da análise de conteúdo de Bardin (2011). Foram identificadas 17 (dezessete) escolas de Serviço Social em Portugal sendo a maioria delas (11) de caráter público, considerando os Institutos Politécnicos e as Universidades. No que tange a reconhecer onde as escolas de Serviço Social estão inseridas, os Cursos encontram-se vinculados a maioria à Ciências Sociais e Humanas, Políticas, Econômicas e da Empresa sendo 46,7% (7), seguidos das Faculdades de Educação, Psicologia e Ciências Sociais sendo 33,3% (5) e por último, Serviço Social sendo 20% (4/15).

Neste artigo propõe-se a discutir de que forma o processo de Bolonha vem impactando na formação em serviço social sugerindo/ induzindo aos/às profissionais a criarem estratégias de “continuidade de formação” para dar conta daquilo que o campo de atuação da área da saúde do serviço social tem solicitado.

2. Formação universitária em Portugal

O processo de formação no ensino superior em Portugal vem se modificando a partir das décadas de 1980 e 1990 do século passado, quando a globalização³ interferiu para além das políticas econômicas, trazendo novas concepções para a política de educação. Ao direcionar o papel da Universidade, o papel “protetivo” do Estado deixaria de existir, uma vez que transforma-se em “(...) um modelo de universidade orientada pelo e para o mercado” (Seixas, 2003, p. 32). Neste sentido, os preceitos desse modelo acompanharia o desenvolvimento dos/das estudantes uma vez que a ligação entre universidade e empresa aconteceria de forma mais direta, consolidando as ideias da “educação” da União Europeia preconizadas a partir do intercâmbio e troca de informações; construção de uma rede de estudos para aperfeiçoamento dos sistemas econômicos e produtivos e, principalmente, na formação da mão de obra qualificada para a União Europeia (Grilo, *In* Seixas, 2003).

³ O conceito de globalização procura traduzir a crescente interdependência mundial a nível económico, político e cultural. Caracteriza, assim, a crescente transnacionalização dos sistemas de produção, a crescente constituição de organizações supranacionais, de âmbito regional ou global, governamentais e não governamentais, o desenvolvimento dos meios de comunicação e informação(...) (Santos, 1995 *In* Seixas, 2003).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Em 1999, se instituiu o processo de bolonha⁴ atingindo o ensino superior afetando diretamente o processo de formação universitária logo, também, o serviço social. As mudanças advindas da crise do capital e do Estado intensificaram as expressões da questão social e trazem consequências para as políticas públicas e sociais. Neste sentido, a política de educação torna-se alvo de investimento da lógica privada “(...) agregando sentidos em torno de uma nova identidade do ensino superior: a narrativa empreendedora/empresarialista e da narrativa do mercado” (Magalhães, 2006, p. 26).

Neste sentido, conforme Seixas(2003)

(...) um aumento da colonização da política educativa pelos imperativos da política econômica expressando-se na ênfase conferida à articulação entre os sistemas educativo e produtivo, reorganização e centralização de currículo, avaliação do sistema educativo, redução de custos, descentralização, participação da comunidade e introdução de uma lógica e /ou retórica de mercado na gestão dos sistemas educativos (Seixas, Ana Maria, 2003, p. 17).

Os fundamentos liberais da globalização e do neoliberalismo a partir da competitividade e de uma “suposta” empregabilidade para os futuros profissionais formados trouxe uma concepção de uma educação como mercadoria, dando ênfase às necessidades do mercado (Martins e Santos, 2016). A Declaração de Bolonha a partir de sua intenção de “harmonização” entre países, objetiva incluir a partir de ciclos de formação - primeiro ciclo (licenciatura), segundo ciclo (mestrado) e terceiro ciclo(doutoramento) a acumulação de créditos, numa perspectiva de desenvolvimento do/a estudante para sua inserção no trabalho (Martins e Santos, 2016, e Duarte, 2009).

(...) Em oposição à abordagem acadêmica(...) o ensino superior nos moldes do Processo de Bolonha privilegia formas de conhecimento cada vez mais pragmáticas, com direcionamento técnico e objetivo, gerando também um aumento da competitividade profissional (Teixeira, 2021, p.14)

Diante deste cenário o espaço da formação universitária tem enfrentado “dilemas” no que se refere à formação profissional dos/das estudantes. De um lado as normas do processo de Bolonha que conduz preceitos de utilidade via mercado, para o desenvolvimento capitalista, e de outro, uma “suposta” formação que dê conta da realidade da população portuguesa, com as necessárias competências profissionais. Conforme Nóvoa, “(...) a universidade cede ao tempo da

⁴ A Declaração de Bolonha foi assinada por Ministros da Educação de 29 países europeus. Esta define um conjunto de etapas e de passos a dar pelos sistemas de Ensino Superior Europeus no sentido de construir, até ao final do ano de 2010, um Espaço Europeu de Ensino Superior globalmente harmonizado. (Duarte, 2009).

preparação profissional e do mercado de trabalho em detrimento do tempo longo da educação superior e da ciência” (2019, p. 59).

Neste sentido o tema da formação profissional do ensino universitário, na Europa e no Brasil, é de extrema relevância, uma vez que convoca aos/as professores/as a dialogarem sobre a realidade do cotidiano profissional exigido para o serviço social, buscando nesse processo de desvelamento, construir propostas teórico-práticas de ensino-aprendizagem competentes dando luz ao significado social da profissão.

3. O processo de Bolonha e a relação na formação em serviço social

A imposição aos países europeus em relação à reforma do ensino superior causaram impactos significativos, acelerando o desmonte e a precarização da vida na universidade e após conclusão do primeiro ciclo. No Serviço Social não foi diferente, uma vez que o processo de adequação às normativas institucionais impostas por Bolonha e a falta de uma

(...) regulamentação ou padronização de currículo nacional entre as instituições de ensino, aumentando não só a precarização e o enfraquecimento teórico do ensino como também desregulamentação da profissão, e do mercado de trabalho para o profissional assistente social (Teixeira, 2016, p. 5).

Os *dados analisados* demonstram preocupações no que se refere a formação em serviço social no país. A diminuição proposta pela declaração de Bolonha em relação ao tempo/continuidade da formação de 5 (cinco) anos para 3 (três); 3,5 (três anos e meio), tem trazido prejuízos importantes, pois “(...) a educação superior é, necessariamente, um processo de formação pessoal, de leitura, de conhecimento, de desenvolvimento. Precisa de tempo, o tempo que o Processo de Bolonha nos retirou, o tempo que a empregabilidade não nos pode dar” (Nóvoa, 2019, p. 7).

Neste sentido, a partir do reconhecimento apontado inclusive por Nóvoa (2019), com o processo do aligeiramento da educação superior proposto por Bolonha não há uma uniformidade dos conteúdos necessários para essa formação em serviço social, deixando lacunas importantes no que diz respeito às competências necessárias para o exercício profissional .

As propostas formativas configuram um mosaico com tipificações diversas, quer quanto aos perfis das áreas de formação matriciais e da sua relação com o Serviço Social enquanto área científica predominante, quer quanto aos modelos de formação específica, designadamente formação experiencial, quer ainda quanto à capacitação para a investigação e produção de conhecimento. A diversidade das propostas formativas não parece resultar tanto da afirmação de projetos concorrenciais de formação, em termos da concepção e perfis profissionais, mas de lógicas contingenciais associadas à constituição

do mercado do ensino superior e à crise de financiamento do ensino superior público (Branco, 2009, p.13).

Para tanto, essa elegibilidade faz com que o processo de formação fique frágil em relação aos conteúdos necessários para a atuação do serviço social nos diferentes espaços ocupacionais, deixando o/a profissional com fragilidades teóricas como práticas. Isto se apresenta num investimento por parte dos cursos nas disciplinas teóricas dos 1 (primeiro) e 2 (segundo) anos, deixando o processo da prática/estágio para o último ano; ou outros ainda, farão ajustes em relação a uma carga horária de vivências pelos/as estudantes para aproximá-los do campo de atuação profissional. Este processo seletivo acaba por influenciar, inclusive os/as professores/as, a eleger o “que é mais importante” em relação às unidades curriculares no processo de ensino-aprendizagem, instituindo uma relação de dicotomia entre teoria e prática: dar luz a teoria ou dar luz a prática?

Destaca-se que é primordial necessidade da indissociabilidade entre teoria e prática, uma vez que o trabalho do/a assistente social caracteriza-se como interventivo na realidade social, requerendo então uma

Crucial capacidade intelectual - busca de substanciais conhecimentos teóricos e metodológicos (inclusive ético-políticos) que lhe permitam situar o seu papel como profissional na realidade social - sem o obscurantismo de idealismos e dos limites das intervenções que não ultrapassam o plano das intenções, pois desconexas da realidade. Isso requer a busca de conhecimentos que qualifiquem intelectualmente o profissional para escolha responsável do rumo que ele irá tomar (Forti e Guerra, 2016, p. 16).

Uma vez que o exercício profissional do/a assistente social é

É uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações, e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional (Iamamoto, 2020, p. 27)

Ainda como ponto de destaque no país se refere a *inexistência de diretrizes curriculares* para o Curso de Serviço Social formalizadas, o que deixa brechas para avaliações dos Cursos. Esta avaliação, ocorre a partir de agências de avaliação e acreditação, que ao demonstrarem uma direção para a formação em serviço social, isto é, conteúdos teóricos e práticos, podem tender àquilo que não é prescrito pela profissão. A falta de indicação formal das diretrizes indica um processo individual e seletivo frente aos conteúdos necessários, dificultando inclusive a legitimidade da identidade profissional. Nesta leitura crítica de totalidade, percebe-se que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

inevitavelmente a A3ES⁵ (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior) tem, mesmo de forma sutil, impactado na direção da formação em serviço social a partir de suas aprovações em relação aos Cursos de Serviço Social no país, enfatizando os preceitos de matriz neoliberal e da globalização para a política de educação de ensino superior, privilegiando os interesses do mercado europeu (Teixeira, 2021). Sabe-se que alguns profissionais de renome do país têm se envolvido para os processos de avaliação dos Cursos, indicando a necessidade de melhoria e condução na proposta curricular. Para tanto, uma formalidade das instituições representativas da categoria profissional como Associação Profissional de Serviço Social (APSS) e a Ordem dos Assistentes Sociais deixaria em evidência os objetivos de uma formação em serviço social.

A deslocação do processo de formação das políticas para a educação em direção ao nível supranacional provoca uma mudança do papel do Estado, “reservando a responsabilidade em última instância e a autoridade sobre a regulação, mas transferindo o seu exercício e controlo directos para outras entidades ou actores, por exemplo, agências de avaliação, de certificação ou de acreditação”. “A adopção e generalização de formas de acreditação de âmbito europeu, ou mesmo que nacional (...) sendo susceptíveis de aprofundar o impacto das lógicas mercantis e concorrenciais no sector e de reduzir à sua mínima expressão os valores, as lógicas e poderes associados ao trabalho académico” (Martins, 2007, p.3).

Esses prejuízos podem-se inferir numa *imaturidade teórico-prática*, uma vez que os alunos em formação na licenciatura não possuem os conteúdos necessários para sua formação em serviço social. Com esse processo da educação superior, deixa-se de lado uma suposta uniformidade dos conteúdos necessários para a formação exigida pela profissão, trazendo implicações para os/as futuros/as assistentes sociais no que diz respeito às competências impostas pela profissão.

As propostas formativas configuram um mosaico com tipificações diversas, quer quanto aos perfis das áreas de formação matriciais e da sua relação com o Serviço Social enquanto área científica predominante, quer quantos os modelos de formação específica, designadamente formação experiencial, quer ainda quanto à capacitação para a investigação e produção de conhecimento. A diversidade das propostas formativas não parece resultar tanto da afirmação de projetos concorrenciais de formação, em termos da concepção e perfis profissionais, mas de lógicas contingenciais associadas à constituição do mercado do ensino superior e à crise de financiamento do ensino superior público

⁵ Seguindo o modelo europeu de avaliações dos cursos, Portugal dispõe da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), que se apresenta como uma fundação de direito privado, independente no exercício das suas competências, sem prejuízo dos princípios orientadores fixados legalmente pelo Estado. O propósito é garantir a qualidade do ensino superior por meio da avaliação e acreditação das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos, bem como o desempenho das funções inerentes à inserção de Portugal no sistema europeu de garantia da qualidade do ensino superior. A comissão de avaliação externa para a formação em Serviço Social, criada em 2011, aplica critérios construídos pela A3ES para a melhoria da qualidade do desempenho das IES, de seus ciclos de estudo e para o seu reconhecimento oficial, independentemente das áreas de educação e formação (Martins e Santos, 2006).

(Branco, 2009, p.13).

Nesse sentido, a partir das lacunas propostas pela licenciatura pós-bolonha, aparece no estudo, uma preocupação no que diz respeito ao mestrado - 2º ciclo. Participantes da pesquisa referiram a necessidade de haver um mestrado integrado, ao término do 1º ciclo, um caminho pré-estabelecido para o 2º ciclo, como sendo “o lugar” de sanar as falhas, permitindo um aprofundamento dos conteúdos. Outros, porém, sinalizam uma preocupação do que seria o mestrado em serviço social, pois seu desenvolvimento, muitas vezes sem critério, deixa margem para um aprofundamento dos objetos de estudo da área. Neste sentido há uma desqualificação do segundo (2) ciclo no que se refere ao aprofundamento teórico do serviço social, considerando ainda os pressupostos da pós-graduação voltados para a formação de investigadores/as na academia e logo, na produção de conhecimento (Branco, 2009), de modo que afirma, negativamente, ainda este segundo ciclo como o espaço de complementar a frágil formação do primeiro (1) ciclo.

Há ainda de se considerar que os/as estudantes concluintes da licenciatura - 1º ciclo - não possuem acesso de forma universal ao segundo (2) ciclo, deixando por sua conta, o processo de formação profissional, isto é, se houver condições financeiras e ou bolsas de estudos para os alunos, isso poderá ser acessado.

(...) os cinco anos de licenciatura são transformados em licenciatura e mestrado, fortalecendo uma concepção de aligeiramento da formação e de uma educação voltada, fundamentalmente, para atender às necessidades do mercado e não da população. Não existem normas para a regulamentação da formação, um currículo mínimo e nem diretrizes gerais próprias da profissão. A formação segue a cartilha de Bolonha (Martins e Santos, 2016, p.3)

As implicações desse déficit curricular traz consequências na atuação aos/as licenciados/as uma vez que não conseguem, a partir da sua intervenção no terreno, sustentar um estatuto profissional. Essa “penalização” em relação ao tempo dificulta a apreensão das competências profissionais necessárias em relação ao significado da profissão, demonstrando uma leitura imatura frente a realidade social.

Concorda-se com lamamoto (2007) ao apontar que

(...) Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliado as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo (lamamoto, 2007, p. 49).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Em relação às disciplinas vinculadas à saúde, a maioria das escolas ofertam de forma obrigatória, em que pese, a saúde seja abordada dentro das unidades curriculares específicas, como sendo módulos/pontos do conteúdo, sendo indicadas a política social, estágio e ainda, algumas disciplinas que acolhem os processos de intervenção; a minoria das escolas, ofertam as disciplinas voltadas para a discussão da saúde de forma optativa. Acumula-se isto, ao quadro de professores/as entrevistados/as, em que a maioria dos/das que ministram as disciplinas, não possuem experiência na área. Desta forma o contexto da sala de aula fica descoberto, uma vez que os processos de mediação teórico-prática aparecem de forma tangenciada para os alunos, dificultando ainda mais a apreensão dos conteúdos.

Denota-se a preocupação em relação aos/às futuros/as assistentes sociais que se inserirão no campo da saúde, uma vez que este espaço de formação tem se dado de forma tão frágil, a critério dos interesses dos/das estudantes em relação à temática, bem como de acordo com as experiências e estudos dos/das professores/as que não desta área. Assim, salienta-se que o trabalho de assistentes sociais “lida fundamentalmente com as políticas sociais: esta é a sua ‘matéria-prima’”, sendo este profissional um “agente político por excelência”(Guadalupe, 2011, p. 102).

A partir deste cenário, identifica-se que os/as professores criam estratégias para o processo de ensino-aprendizagem, buscando fortalecer as competências profissionais apreendidas e construídas na licenciatura, a partir da aproximação dos/as estudantes com o trabalho profissional. Neste sentido, aparecem discussão de casos práticos e ilustrações, seminários, convite à assistentes sociais para troca de experiências, visita às instituições, aulas abertas, vídeos. Ainda, é apontado pelos/as professores/as que, por ter havido o processo de bolonha na diminuição considerável de tempo, bem como de unidades curriculares, o processo de ensinar se torna um desafio ainda maior. Reitera-se de tal forma que o ensino em sala de aula é parte fundante da construção do profissional, que realizará seu trabalho baseado nos pressupostos que ancoram o serviço social. Estratégias de ensino que viabilizem a compreensão e, ao mesmo tempo, fomentem a criação de um entendimento crítico deve ser uma tarefa sensível para o professor pois ele é “(...) o coordenador na produção do conhecimento, passando a ser o grande articulador de projetos pedagógicos que objetivam a criação e a reconstrução dos conhecimentos” (Andrade, 2000, p. 8), na perspectiva de viabilizar uma atuação profissional responsável e competente.

Compreende-se que a preocupação com as metodologias são essenciais no processo de ensino-aprendizagem, na qual a troca de saberes por meio de ações que façam sentido e transmitam de forma acessível e dinâmica o conhecimento para os/as educandos/as possibilita uma maior compreensão dos mesmos frente aos assuntos importantes a serem discutidos. Neste sentido, a possibilidade de construir processos que aproximem os alunos é fundamental, uma vez que “a didática e as metodologias específicas das disciplinas, apoiando-se em conhecimento pedagógicos e científico-técnicos, (...) orientam a ação docente partindo das situações concretas em que se realiza o ensino” (Libâneo, 2013, p. 32).

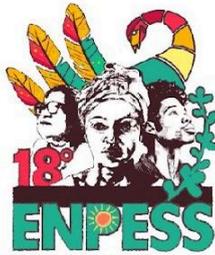
Neste ínterim, é necessário compor estratégias de resistência e participação nos diferentes espaços de forma coletiva como categoria profissional, uma vez que os processos de mudança em relação ao mundo do trabalho e ainda, das considerações da educação do ensino superior a partir de seus rebatimentos, alavancam de forma peculiar o serviço social, necessitando para os/as assistentes sociais, fundamentados/as pela sua competência profissional, se posicionem e sejam reconhecidos/as frente a realidade (APSS,2023).

Considerações finais

A análise da reforma da educação no ensino superior tem se destacado com importantes reflexões para quem exerce a prática docente na universidade. Neste sentido este estudo fez parte de forma particular para a autora, que pesquisou no cenário europeu e possui intenção de dar continuidade ao estudo da realidade da formação em serviço social no Brasil.

Os resultados refletem um imediatismo no que se refere ao ensino em serviço social, sendo o tempo de curso um indicador da formação que abala as concepções construídas no processo histórico conquistadas pelo serviço social. Esse aligeiramento demanda que a universidade e a categoria profissional atuante nas instituições de diferentes áreas possam se envolver nos espaços de formação, pesquisa e extensão para reconhecer as penalidades e limites impostos para os/as recém- formados/as.

Além disso, a pesquisa como fonte de transformação da realidade, permite mobilizar os Cursos de Serviço Social a identificarem as demandas do processos de formação, produzindo estratégias coletivas que envolvam professores/as, estudantes, supervisores/as de estágio e trabalhadores/as da área na superação dos impactos da mercantilização da política de educação.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Referências bibliográficas

ANDRADE, Maria Angela Alves de. O ensino superior e o ensino no curso de Serviço Social. *Serviço Social em Revista*. v. 2, n. 2, jan./jun. 2000. Disponível em:
<https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n2_ensino.htm>.

ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL. Reconhecimento dos assistentes sociais como técnicos superiores de saúde. Lisboa, 2023.

BRANCO, Francisco. A profissão de Assistente Social em Portugal. *Revista Locus Soci@l*, v. 3, p. 61-89, 2009.

DUARTE, Telma. Formação de 1 ciclo em serviço social após adequação do Processo de Bolonha em Portugal. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Instituto Superior Miguel Torga. Coimbra, 2009.

FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (Org). Na prática a teoria é outra? *In Serviço Social: temas, textos e contextos: coletânea nova de serviço social*. 5. ed. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2016.

GUADALUPE, Sônia. Anotações cronológicas sobre a trajetória do serviço social no sistema de saúde em Portugal. *Revista Serviço Social & Saúde*. UNICAMP Campinas, v. X, n. 12, Dez 2011

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social*. 3. ed. Cortez: São Paulo, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 27. ed. Cortez: São Paulo, 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MAGALHÃES, Antônio Manuel. A identidade do ensino superior: a Educação Superior e a Universidade. *Revista Lusófona de Educação*, v. 7, n. 7, p. 13-40, 2006. Disponível em:
<<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/713>>.

MARTINS, Alcina Martins. O processo de Bolonha e a formação em serviço social: questões e problemas. 2007. Disponível em:
<<http://servicosocialportugues.blogspot.com/2007/04/o-processo-de-bolonha-e-formao-em.html>>.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

NÓVOA, António. O futuro da universidade: o maior risco é não arriscar. Revista Contemporânea da Educação, v. 14, n. 19, jan./abr. 2019. Disponível em:
<<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/21710/0>>.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; MARTINS, Alcina Maria. A formação do assistente social em Portugal: tendências críticas em questão. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 324-332, out./dez. 2016. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1414-49802016.003.00003>>.

SEIXAS, Ana Maria. Políticas Educativas e Ensino Superior em Portugal. A inevitável presença do Estado. Editora Quarteto, Coimbra, 2003. Disponível em:
<<https://journals.openedition.org/rccs/1158>>.

TEIXEIRA, Caren de Lima. Mestrado em Serviço Social em Portugal: impactos do Processo de Bolonha nos planos de estudos na última década. Revista Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 20, n. 1, 2021. Disponível em:
<<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/39954>>.